

Relações Étnico-Raciais na Revista Brasileira de Estudos da Presença: avanços, apagamentos e silenciamentos

Celina Nunes de Alcântara¹

Alessandra Santos de Souza¹

Caroline Falero da Silva¹

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil

RESUMO – Relações Étnico-Raciais na Revista Brasileira de Estudos da Presença: avanços, apagamentos e silenciamentos – Este texto apresenta uma análise sobre a temática das relações étnico-raciais e alguns de seus atravessamentos, como racismo, identidade, exclusão, cultura e artes negras, a partir dos textos publicados pela Revista Brasileira de Estudos da Presença, ao longo dos seus 15 anos de publicações. A discussão buscou perspectivar o modo como a revista implementou tal tarefa na relação com as discussões, teorizações, embates e lutas contemporâneas sobre o tema. A problematização foi tramada a partir dos conceitos de identidade e racismo por intermédio do pensamento de Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Achille Mbembe e Frantz Fanon. Intui-se que as produções acadêmicas que tematizam as relações étnico-raciais podem desempenhar um papel crucial tanto na reprodução quanto no combate ao racismo.

Palavras-chave: Relações Étnico-Raciais. Identidade. Apagamento. Escrita Acadêmica. Artes Cênicas Negras.

ABSTRACT – Ethnic-Racial Relations in the Brazilian Journal on Presence Studies: advances, erasures, and silencings – This text presents an analysis on the theme of ethnic-racial relations and some of its crossings, such as racism, identity, exclusion, Black culture and arts, based on the texts published by the *Brazilian Journal on Presence Studies* over its 15 years of publication. The discussion aimed to highlight how the journal has addressed this task in connection with contemporary debates, theorization, confrontations, and struggles on the topic. The problematization was developed from the concepts of identity and racism through the thought of Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Achille Mbembe, and Frantz Fanon. It is inferred that academic productions that address ethnic-racial relations can play a crucial role in both the reproduction and the combat against racism.

Keywords: Ethnic-Racial Relations. Identity. Erasure. Academic Writing. Black Performing Arts.

RÉSUMÉ – Les Relations Ethno-Raciales dans la Revue Brésilienne des Études de la Présence: avancées, effacements et silencements – Ce texte propose une analyse de la thématique des relations ethno-raciales et de certains de ses traverses, tels que le racisme, l'identité,



l'exclusion, la culture et les arts noirs, à partir des textes publiés par la *Revue Brésilienne des Études de la Présence* au cours de ses 15 années d'existence. La discussion cherche à mettre en perspective la manière dont la revue a assumé cette tâche en dialogue avec les débats, théorisations, confrontations et luttes contemporaines sur le sujet. La problématisation a été élaborée à partir des concepts d'identité et de racisme par le biais de la pensée de Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Achille Mbembe et Frantz Fanon. On peut supposer que les productions académiques qui traitent des relations ethno-raciales peuvent jouer un rôle crucial tant dans la reproduction que dans la lutte contre le racisme.

Mots-clés: **Relations Ethno-Raciales. Identité. Effacement. Écriture Académique. Arts de la Scène Noirs.**

O presente artigo, escrito por três mulheres autodeclaradas negras e cisgêneras, reflete sobre o modo como a temática das relações étnico-raciais e suas interseccionalidades – racismo, negritude, identidade, exclusão, silenciamento, mas também a cultura negra, as artes negras, a ancestralidade negra, etc. – tomou vulto e foi sendo engendrada na relação com o campo das artes cênicas e dos estudos da performance, a partir da maneira como a Revista Brasileira de Estudos da Presença pautou essas questões em suas publicações ao longo de seus 15 anos de produção e disseminação de trabalhos e pesquisas acadêmicas. Buscamos lançar um olhar, ao mesmo tempo, analítico e crítico, atentando para o modo como tal tarefa, de importância fulcral, foi sendo implementada pela revista na relação com as discussões, os estudos, os embates e lutas contemporâneas sobre o tema. Tomar em perspectiva essa trajetória nos possibilita evidenciar e refletir, 15 anos depois, com outros olhos e perceber as mudanças que se operaram no âmago da revista, considerando a equipe de editores e colaboradores, as temáticas abordadas, as referências utilizadas, os/as autores/as pesquisadores/as e propositores/as dos textos, bem como seu caráter de excelência e referência.

Para circunscrever as bases analíticas para a construção da discussão, estabelecemos os seguintes critérios como forma de selecionar os artigos que foram analisados: 1) títulos, resumos e palavras-chave que abordavam de forma direta as relações étnico-raciais e seus temas correlatos, tais como: negritude, racismo, gênero, artes negras, cultura popular negra, imagens de controle, ancestralidade, identidade, escrevivência, amefricanidade, oralidade, memória, ritual, corporeidade, diáspora, e estes interseccionados a ou-



tros campos do conhecimento, como dramaturgia, raça, discurso, etnicidade, performance, semiologia, etnologia, etc.; 2) publicações feitas por pessoas negras autorreconhecidas como tais dentro de sua trajetória acadêmica; 3) os dois números específicos que pautaram a temática, a saber, *Performance e Relações Étnico-Raciais* e *Poéticas Negras*.

Foram encontrados 38 artigos, publicados ao longo de 15 anos. Este trabalho de pesquisa e mapeamento das publicações resultou na publicação, no Repositório SciELO Data, do Relatório Descritivo dos Artigos sobre Relações Étnico-Raciais (RER) na Revista Brasileira de Estudos da Presença (RBEP) 2011-2025 (Souza; Silva; Alcântara, 2025), no qual discorremos de maneira analítica e resumida sobre cada um dos 38 artigos mapeados.

Ao fazer este exercício, de perspectivar essa trajetória a partir dos elementos e indícios que a constituíram, bem como por se tratar da temática das relações raciais, entendemos que a identidade, o racismo e raça são conceitos fundamentais para melhor configurar e explicitar esta narrativa, justamente por compreendermos que pensar as relações étnico-raciais é fazê-lo a partir da relação entre as pessoas negras e brancas, em suas diferentes identidades e modos de experimentar ou não a racialização. Por conseguinte, tal exercício abrange suas diferentes compreensões e possibilidades de apercebimento e posicionamento em relação às questões do racismo. Racismo esse que nos organiza a todos enquanto sociedade brasileira. Este exercício que fizemos, de delimitar melhor quem eram as pessoas que estavam refletindo sobre as questões étnico-raciais nos artigos, inclusive racializando algumas delas, foi um chamado à reflexão sob uma perspectiva de que, se produzimos conhecimento em qualquer área, fazemo-lo a partir de um lugar, de uma história, e assim também compreendemos o conhecimento que acesamos. Para nós, mulheres negras cisgêneras, que constantemente somos racializadas e genderizadas, que experienciamos o mundo, o conhecimento e a produção de nossos próprios saberes desde um lugar específico, parece-nos importante e urgente contextualizar os lugares sociais de fala (Ribeiro, 2017). Ou seja, racializando quem não se autodeclara ou não é racializado, inclusive, para um melhor aprofundamento nas reflexões sobre as relações étnico-raciais e entendimento dos artigos a partir dos lugares dos quais esses sujeitos falam.



Analisando os artigos para esta discussão, tornou-se ainda mais nítido algo que já sabíamos por experiência própria, o fato de que pessoas negras são racializadas necessariamente, ao que algumas temáticas acabam sendo recorrentes de uma forma ou de outra nas escritas dessas pessoas, tais como: performances negras, as ritualidades do Candomblé, o racismo, a decolonialidade, violência, a memória, os registros, os corpos, as narrativas negras. Isso porque, se essas pessoas não abordarem tais questões, ninguém as fará. O fato é que, pessoas consideradas brancas não se racializam e/ou não se enunciam brancas, visto que não há necessidade de se autoidentificar, de racializar-se. Então, como saber a identidade étnico-racial de quem propôs os textos? Desde que circunstâncias de raça, classe e gênero falam os pesquisadores que estão pensando sobre as questões relacionadas às Relações Étnico-Raciais (RER) na revista? Foram questões que nos intrigaram e guiaram, também, um primeiro olhar sobre os textos.

Ora, tarefa difícil esta que nos propusemos, considerando que o social brasileiro é sem dúvida bastante heterogêneo e rico culturalmente, conhecido também por sua miscigenação e sincretismo, o que torna o sentido de ser negro no país algo muito diverso nos diferentes cantos deste território continental. Nesse sentido, empreendemos um esforço de pesquisa na busca por estabelecer, de maneira tão precisa quanto possível, o modo como autores e autoras se identificam em termos de raça e gênero, mesmo que a revista não tenha proposto esse tipo de identificação¹. E o fizemos por acreditar não ser possível refletir as RER sem a compreensão destas intersecções, de raça, gênero e classe, olhando tanto para a nossa perspectiva nessa encruzilhada quanto para a dos/as autores/ras que lemos. Nossas produções são reflexos dessas informações e estas são constituídas pelo contexto social e histórico. Em resumo, buscamos empreender uma espécie de linha do tempo e temáticas refletidas na revista, desde os primeiros anos de publicação, com vistas a traçar a maneira e o amadurecimento da abordagem acerca das questões étnico-raciais e seus atravessamentos e a partir de quais pontos de vista, ao longo desse período de 15 anos.

Não é demasiado afirmar que, sobretudo nos últimos 20 anos, no nosso contexto social brasileiro, as discussões, embates e elaborações em torno das questões de identidade e racismo tomaram um grande vulto, pautaram o debate público, mas não necessariamente de forma a ampliar, fomentar,



tornar mais complexo o debate e compelir as necessárias lutas. Ao contrário, elas passaram a figurar no *hall* das chamadas *pautas identitárias*, no sentido daquilo que é digno de desmerecimento, de diminuição, de desvalorização. Por outro lado, pensar questões como identidade, racismo, relações raciais, exclusão é a base para a implementação de mudanças, seja em nível das discussões, pesquisas e currículos acadêmicos, seja no sentido de se desenvolverem as necessárias políticas públicas que possam dirimir essas grandes mazes sociais. Nesse sentido, a RBEP também se alinhou a esse cenário, adentrando na seara das discussões sobre identidade e relações raciais, mesmo que de maneira tímida, nos seus primeiros anos de publicação.

Importante, também, não perder de vista a compreensão das singularidades da formação de uma identidade brasileira que não pode ser dissociada do contexto estruturalmente racista no qual estamos imersos. Temos, já há algum tempo, pesquisadores/as que atestam a relação indissociada entre racismo e a construção da nossa identidade nacional, colocando-os como intrinsecamente ligados e frutos de uma determinada cultura desenvolvida historicamente no país (Gonzalez, 1988; Nascimento, 2016; Almeida, 2020; Gomes, 2021; Carneiro, 2023). Essa ligação intrínseca implica que a identidade nacional brasileira foi construída sobre bases racistas que privilegiam um grupo social não racializado, tendo a branquitude como ideal, e marginalizam outras identidades racializadas, particularmente a negra. Ao compararmos, por exemplo, o número de autores negros e negras que conseguem publicar em revistas de excelência, como a Revista Brasileira de Estudos da Presença, ao número de pesquisadores/as brancos e brancas, fica muito nítido esse grande abismo racista. Ou mesmo, em relação às temáticas ditas racializadas – que em sua própria nomeação já carregam a pecha do identitarismo –, quando circunscritas a temas, títulos, vieses, como: performance negra, indígena, queer, etc. Ao nos debruçarmos sobre os 15 anos de publicações da RBEP, encontramos apenas 38 artigos pautando as relações étnico-raciais, o que significa dizer que, em 15 anos, a maioria dos/as pesquisadores/ras, não negros, das artes cênicas de diferentes campos e temas, estavam pensando e construindo uma identidade para o campo. Identidade esta que não passou senão de forma incipiente pelas referências, temas, problemas negros/negras, ou seja, mantendo essas questões ainda nos preâmbulos em relação à produção e divulgação de um saber acadêmico.

Em vista disso, entendemos que a reflexão sobre as relações étnico-raciais nos estudos acadêmicos, em especial no campo das artes e da performance, exige não apenas o reconhecimento das temáticas abordadas, mas também uma atenção crítica à posição social e racial dos sujeitos que produzem conhecimento. Como argumenta Kabengele Munanga (2005), a construção do conhecimento no Brasil foi historicamente marcada pela invisibilização dos saberes negros e pela normatização de uma perspectiva eurocentrada, que tende a universalizar experiências brancas como neutras. Ao mapear os artigos publicados pela Revista Brasileira de Estudos da Presença, observamos que a produção negra, mesmo quando presente de forma consistente, ainda opera em tensão com um campo que, por vezes, resiste a re-visitar suas próprias estruturas e critérios de legitimidade epistêmica. Esse processo de racialização crítica dos autores e autoras torna-se, portanto, um recurso metodológico fundamental para compreendermos como as relações étnico-raciais foram abordadas e como se constituíram as enunciações e os lugares de fala ao longo desses 15 anos de publicação.

Ainda que os avanços sejam notórios, sobretudo nos números temáticos mais recentes da revista, constatamos uma lacuna significativa no que diz respeito à autoidentificação racial de autores brancos e ao reconhecimento da branquitude como marcador social e político. Tal ausência reforça o que aponta Sueli Carneiro (2023), ao destacar que a branquitude permanece como um lugar de não-marcação, cuja hegemonia é sustentada pela recusa ao seu próprio reconhecimento enquanto identidade racial. Desse modo, refletir sobre as relações étnico-raciais no campo das artes cênicas e da performance demanda o deslocamento da ideia de que se trata de um *problema* exclusivamente dos sujeitos negros, ampliando a responsabilidade analítica para todo o campo acadêmico. A ausência de identificação racial por parte de pesquisadores brancos, ao mesmo tempo que silencia aspectos fundamentais da construção do conhecimento, impede uma crítica mais profunda às formas como o racismo se manifesta e se reproduz nas práticas científicas. Ao propor esta análise, este artigo se insere em um esforço coletivo de tensionamento epistemológico, visando a uma maior responsabilização, visibilidade e equidade na produção de saberes sobre e a partir das relações étnico-raciais.

A artista, intelectual e performer Grada Kilomba (2019, p. 77) nos permite compreender essas relações estruturais quando aponta que:

O racismo é revelado num nível estrutural, pois pessoas negras e People of Color estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de racismo estrutural.

Nesse sentido, quando nos debruçamos com os primeiros anos da revista, é possível analisar abordagens que pautam as RER sob uma perspectiva da insurgência, entendendo os ritos, a corporeidade, a religiosidade como epistemologias para a (re)construção das identidades e dos sujeitos negros. Principalmente publicações feitas por pessoas negras, artigos que evidenciam as diferentes violências que, segundo o filósofo e cientista político camaronês, Achille Mbembe (2018), perspectiva outro elemento constituidor das relações racistas, quando argumenta que os conceitos de racismo e raça são instituídos pelo Estado, que os utiliza de maneira estratégica para preservar a normalização das violências que comete. Ao afirmar que racismo e raça são definidos pelo Estado, Mbembe nos leva a entender que esses conceitos não são apenas categorias sociais ou biológicas, mas construções políticas que são apropriadas pelo poder estatal para justificar a normalização de práticas violentas. Essa normalização da violência se dá por meio da criação de narrativas jurídicas e políticas que protegem a ação estatal, dando-lhe uma aparência de legitimidade. Temos, então, ainda poucos pesquisadores negros e negras ocupando os espaços de publicações – inferência de um processo de escravização e alijamento de direitos –, que possam trabalhar as temáticas das RER de forma a afirmar seus processos de produção de conhecimento afrorreferenciados e diaspóricos. São poucos, portanto, aqueles/as capazes de entender-se em suas identidades, como também refletir sobre o racismo, sua normalização e legitimação estrutural e institucional, presentes nos elementos da cena e da performance, assim como na dramaturgia, nos personagens, no espaço teatral e na própria história do teatro brasileiro e no epistemicídio da história e da cultura africana e afro-brasileira.

Neste processo de escrita e inscrição de si, é importante também atentar para os modos pelos quais pessoas negras se identificam e se apercebem

de si, ou seja, sobre o modo como experienciam ser negro. Frantz Fanon (2008, p. 105-106), importante referência do pensamento negro, afirma, a partir de suas vivências:

Eu era ao mesmo tempo responsável pelo meu corpo, responsável pela minha raça, responsável pelos meus ancestrais. Lancei sobre mim um olhar objetivo, descobri minha negritão, minhas características étnicas – então detonaram meu tímpano com a antropofagia, com o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, os negreiros, [...].

O autor refere-se à condição das pessoas negras que estão, por um lado, presas num corpo social racializado, em que todos e cada um são responsáveis por toda uma raça e pela história que as conduziu até ali; e, de outro modo, presas num imaginário branco que as estereotipa, marginaliza, menospreza e que é encarregado, igualmente, pela condição racializada dessas *pessoas*, assim como pelo modo como foram/são narradas historicamente. Dessa maneira, parece-nos simbólico destacar o primeiro artigo analisado por nós no Relatório Descritivo dos Artigos sobre Relações Étnico-Raciais (RER) na Revista Brasileira de Estudos da Presença (RBEP) 2011-2025 (Souza; Silva; Alcântara, 2025), intitulado *Marcas da Violência: vozes insurgentes no Teatro Negro Brasileiro*, de Marcos Antônio Alexandre, homem negro, cisgênero, da Universidade Federal de Minas Gerais, que aborda os ecos da violência em textos dramáticos do Teatro Negro Brasileiro, trazendo a temática da representação da violência e seus atravessamentos, que interferem na (re)construção das identidades e dos sujeitos negros. Com o intuito de evidenciar o tom urgente e propositivo de *Cabaré da Rrrrrraça*, espetáculo do *Bando de Teatro Olodum*, e um dos espetáculos analisados por Marcos Antônio Alexandre (2012, p. 128), trazemos o seguinte fragmento:

Boa noite, resistência. Boa noite, brancos. Este é um espetáculo didático, panfletário e interativo. Portanto. Meu nome é Wensley de Jesus. Sou negro e estou fora! Faço questão de dizer isso. Não concordo com esse sistema estruturado por brancos há séculos para nos colocar em padrões que interessam a eles. Por isso, estou fora! Porque para mim ser negro é isso, é estar fora, cavando, buscando evoluir. E a questão que se coloca é: você é negro? Mas, antes disso, o que é ser negro? É essa a discussão que queremos levantar aqui, no Cabaré da Rrrrrraça!

Com o amadurecimento das discussões e da editoria da Revista Brasileira de Estudos da Presença, foi possível perceber que a abordagem para as

temáticas das relações étnico-raciais não cabe mais apenas na pauta da insurgência. Percebemos, a partir da produção do Relatório Descritivo dos Artigos sobre Relações Étnico-Raciais (RER) na Revista Brasileira de Estudos da Presença (RBEP) 2011-2025 (Souza; Silva; Alcântara, 2025), que os artigos engendraram caminhos que unem elementos já abordados nos primeiros anos da revista, como memória, história, ritos e registros, mas articulando-os com linguagens contemporâneas, como o funk, as relações de gênero e da performance. O artigo *Poses Imundas: o funk, a fotografia, performatividade de gênero e a dança na construção do portrait fotográfico contemporâneo*, dos autores Elizabeth Motta Jacob, mulher branca, cisgênera e Rodolfo Viana de Paulo, homem negro, cisgênero, publicado em 2020, no número Filosofia-Performance, auxilia-nos a exemplificar, ao realizarem uma criação de *portraits* (retratos posados) de seis rapazes provenientes de diferentes regiões do Rio de Janeiro e refletir sobre o fazer artístico, em uma discussão que tangencia questões como atos de linguagem, performance de gênero de pessoas negras LGBTQs e o lugar da arte contemporânea quando aproximada do funk. É possível perceber também o tecer de novas possibilidades de transmissão de saberes voltados para o campo da educação, como vemos em *A Capoeira Angola Diversificando a Universidade: semeando ecologia de saberes nas Artes da Cena*, de Cristiano de Mello Gallep (2022), da Universidade Estadual de Campinas, estudo que destaca a presença de mestres de capoeira nas atividades com os estudantes, enfatizando a importância da oralidade e da presença corporal na transmissão dos saberes afro-brasileiros. Ou pelo contundente artigo, *Nomear é Dominar? Universalização do teatro e o silenciamento epistêmico sobre manifestações cênicas afro-brasileiras*, de Alexandra Dumas (2022), pesquisadora negra, cisgênera, que propõe a seguinte reflexão crítica:

[...] o teatro, tal como concebido e ensinado nas instituições acadêmicas e culturais, está historicamente ligado a um projeto político e epistemológico branco e eurocêntrico, o qual relega manifestações cênicas afro-brasileiras e indígenas ao lugar do 'outro' exótico ou do 'não arte'. Essa prática de nomear, que aparentemente busca inclusão, na verdade submete essas expressões à lógica hegemônica do teatro ocidental, desconsiderando suas cosmopercepções, estruturas e sentidos próprios (apud Souza; Silva; Alcântara, 2025, p. 10).

Se é verdade que existem avanços na forma como as pessoas negras, pesquisadoras das artes, apercebem-se e percebem suas linguagens e sua his-



tória com o passar dos anos, acreditamos que pouco se tenha avançado em relação às pessoas não negras, que seguem relacionando-se com as temáticas étnico-raciais apartando-se do racismo, que, como já foi dito, organiza-nos e nos estrutura. Assim, propomos, neste escrito, algo que nos parece prévio aos processos de pesquisa e escrita, um exercício de olhar para si, um entendimento crítico, social, histórico e, no caso de algumas abordagens, também, de gênero, para que seja possível uma reflexão desde um lugar social preciso. Afinal, estamos falando de 15 anos de uma revista brasileira, estamos refletindo sobre relações étnico-raciais e sobre corpos e identidades que foram historicamente construídos a partir de uma narrativa, a escravocrata/racista, que segue em manutenção.

Sobre esse processo, a cientista social, Joyce Maria Rodrigues (2012, p. 61), escreve “que pensar o corpo negro construído ao longo da história da sociedade brasileira é refletir sobre um corpo que durante três séculos da História do Brasil foi resumido ao status de mercadoria”. Essa construção se consolida, não apenas de maneira estrutural e institucional, mas nos campos que dizem respeito ao desenvolvimento dessa subjetividade, tanto nos indivíduos negros, de maneira negativa, como em indivíduos brancos, de maneira afirmativa. Temos a construção de uma identidade brasileira a partir da perspectiva da descoberta feita pelos colonizadores europeus, por suas narrativas, enquanto o país vai se estabelecendo a partir da mão de obra de africanos escravizados, destituídos de humanidade. Esse projeto arraigado, que se estabelece como identidade nacional, não está desvinculado das nossas construções nas esferas pessoais e da construção desses lugares de superioridade e inferioridade previamente estabelecidos, estruturados e naturalizados.

A dualidade identitária que se estabelece em função do racismo, em que temos o ser (branco) e o outro (negro), construída nesse “trânsito de olhares” imbricada historicamente e que parte do controle de uma subjetividade sobre outra, faz-nos pensar que, este exercício, de “olhar para nós mesmos”, para pessoas negras, refletido por Joyce Maria Rodrigues, não deixa de ser um olhar que foi construído. Ao mesmo tempo, faz-se crucial tensionar a importância de pessoas brancas passarem a se racializar, como um entendimento antirracista. Ou, ainda, estranharem seus lugares de pretensa neutralidade, percebendo que seus privilégios e possíveis reproduções de violências se encontram justamente em racializar e discorrer sobre a his-

tória e cultura de outros povos, sem a necessidade desse autoapercebimento. Para as autoras desta análise, configura-se um bom exemplo disso o artigo *Do Trabalho Etnográfico à Dramaturgia: uma pesquisa teatral sobre os afro-brasileiros do Togo*, cujo autor, Bernard Müller (2016), é um homem francês, que acreditamos seja branco e cisgênero. Mas, verdade seja dita, não logramos angariar elementos ou evidências suficientes para estabelecer sua identidade racial e de gênero. Ao tentar racializá-lo, em diferentes mecanismos de buscas nas redes sociais, os resultados/imagens foram majoritariamente de homens cisgêneros brancos, porém isso não nos garante uma confirmação, ao contrário, assim funciona o benefício da dúvida do qual corpos brancos podem privar. É, também, por isso que entendemos fundamental cada vez mais o exercício da autodeclaração.

Por outro lado, sabemos que isso é evidência de uma identidade cis masculina e branca, uma vez que incide aí a possibilidade total de desidentificação, prerrogativa só possível para essa singularidade de indivíduos. O autor traz em seus escritos o relato de uma cerimônia surpreendente, ocorrida perto da cidade litorânea de Aného, no Togo, e que ele pôde assistir na noite de 14 de dezembro de 2011. A cerimônia se trata do retorno, para o Togo, dos restos dos sacerdotes negros mortos em exílio no Brasil. No texto, o autor vai tecendo uma narrativa histórica a respeito dos escravizados que voltaram livres do Brasil para África. E questiona: “De quem se trata? Quem são esses brasileiros da África?”. Nesse caso em particular, as questões se acirram ainda mais, considerando um processo criativo, que transita entre a etnografia e a dramaturgia, traçando-se um paralelo entre a figura do pesquisador, que também é dramaturgo. Bernard Müller (2016, p. 100-101) escreve o seguinte:

Com o intuito de permanecer fiel à ambiguidade que envolve a identidade brasileira, conforme ela se manifesta nas entrevistas, a dramaturgia deverá descrever esse jogo de identidade evidente na biografia dos afro-brasileiros, sejam eles pessoas reais ou personagens fictícios, sejam eles descendentes diretos dos retornados ou se apenas pretendam ser.

Assim, descreveremos um jogo heteróclito de máscaras, mais do que uma estrutura cultural homogênea [...] na verdade, o que parece constituir nosso objeto é essa maleabilidade cultural, essa aptidão para ser muitas pessoas ao mesmo tempo ou ao longo de uma mesma existência.

A partir disso, a descrição etnográfica se torna essencialmente dramatúrgica. Ela libera o pesquisador de sua função de hermenêutica, em favor de uma descrição minimal, ou seja, antropológica (universal), aderindo claramente, nesse ponto, ao projeto de uma praxeografia.

As palavras do autor chegam a desenhar o quadro do pesquisador que não se racializa e, ao mesmo tempo, busca pintar uma paisagem de antropologia universal na qual,

[...] mais do que tentar apreender as características de uma cultura, trata-se aqui de considerar essa arte, inerente ao homem, de pertencimento a várias culturas, se inserindo assim em uma verdadeira antropologia, uma ciência do homem e não mais uma ciência das etnias (Müller, 2016, p. 100-101).

Ainda sobre essa publicação, que trata de identidades, memória, trânsitos culturais, e à qual agora acrescentamos a camada de raça, refletimos sobre esses dispositivos de controle de narrativa, de construção de identidades que fazem parte do processo de construção da subjetividade brasileira, produzida e estruturada, ainda hoje, pela branquitude. Apesar de não sabermos ao certo os dados de Müller, questionamo-nos até onde suas escolhas metodológicas, como cooperador, inspirando-se nos conceitos de *distanciamento*, do teatro de Bertolt Brecht, como uma tentativa de apartar-se e dar protagonismo ao processo colaborativo, conforme o autor, propondo “a reconstituição da estrutura das relações entre os personagens, como um eco da maneira de reatualizar um passado – nesse caso, a memória brasileira – em função de questões contemporâneas” (2016), não nos dão indícios exatos de sua condição racial, no Relatório Descritivo dos Artigos sobre Relações Étnico-Raciais (RER) na Revista Brasileira de Estudos da Presença (RBEP) 2011-2025 (Souza; Silva; Alcântara, 2025).

Por fim, para circunscrevermos de maneira mais radical o modo como o racismo institui práticas, relações e modos de constituir as subjetividades negras, trouxe a grande intelectual negra brasileira, cujo pensamento produziu uma importante contribuição para o desenlace da temática das relações étnico-raciais e suas interseccionalidades – inclusive esta aqui proposta –, e cuja trajetória tem sido fundamental na construção e desenvolvimento do pensamento intelectual negro brasileiro, a filósofa, escritora e ativista do antirracismo do movimento social negro, Sueli Carneiro. Em sua tese de doutorado, defendida em 2005, e publicada em formato de livro, em 2023,

sob o título de *Dispositivo de Racialidade: A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*, a autora elabora a noção conceitual de dispositivo de racialidade/biopoder a partir dos conceitos de dispositivo e biopoder do filósofo francês Michel Foucault (1979).

Por intermédio do pensamento de Carneiro (2023), é possível compreender e antever o modo como o processo de racialização, a partir da conjuntura de *filiação racial* produz morte e vida em relações de subordinação racial, silenciamentos e apagamentos. Para ela, por meio da articulação do dispositivo de racialidade/biopoder é possível compreender como são produzidos e articulados uma multiplicidade de elementos e relações de poder que atendem uma urgência histórica. Nesse sentido, do dispositivo de racialidade/biopoder emerge um mecanismo específico que compartilha da natureza de duas tecnologias de poder: o epistemicídio, que coloca em questão o lugar da educação na reprodução dos poderes, saberes, subjetividades; e os apagamentos, que também incidem sobre esses poderes desde uma relação com as opressões, exclusões e violências múltiplas. É exatamente essa a operação que ainda parece reinar no campo das publicações para as quais as RER e as epistemologias negras, até o momento, seguem como raridade ou exceção, enquanto o conhecimento eurobranco é representativo do *status quo*, e segue hegemônico.

Além disso, o imaginário construído a partir do racismo interfere diretamente na subjetividade da população negra, colocando-a em um lugar de subalternidade em contraste com o lugar de poder das pessoas brancas. Esse imaginário atribui aos negros a responsabilidade de resolver seus próprios sofrimentos e as problemáticas do racismo, como se o racismo fosse uma *pauta* exclusiva deles. No entanto, como vimos, o racismo é um fio narrativo que se desenrola há séculos, com papéis sociais, verdades e lugares que se tornaram difíceis de desconstruir. O psicólogo Lucas Veiga oferece uma perspectiva interessante ao abordar a psicologia afrorreferenciada: a criação de ficções sobre a vida e a forma de viver que desejamos (pessoas negras) como estratégias para descolonizar o inconsciente. Para ele,

Jamais fomos não colonizados desde uma perspectiva do inconsciente. O inconsciente como plano de forças produtor de realidade opera por meio da criação de ficções. A vida humana e os modos de vida culturalmente criados são dobras no plano de forças infinito da vida produzindo formas finitas de



viver. Ser humano é habitar uma ficção e construir uma ficção para si mesmo (Veiga, 2021, p. 39).

Veiga (2021) propõe a descolonização diária a partir da proximidade com diversas experiências africanas e afro-brasileiras, incluindo religiões de matriz africana, mitologias, culinária, cultura, aquilombamento entre pessoas negras organizadas social e/ou culturalmente em espaços, e, especialmente, o cuidado com a saúde mental. Ele também defende uma abordagem clínica preta, com bases afroreferenciadas, que coloca a ancestralidade africana como ponto central na análise da subjetividade negra. Essa abordagem visa a construção de novas ficções produzidas por pessoas negras sobre si mesmas, dentro da grande ficção estruturada pelo racismo em diversas instâncias, incluindo o campo da pesquisa em Artes Cênicas e, consequentemente, o das publicações. Assim, surgem pesquisas e textos que investigam pedagogias para as infâncias negras ou que consideram essas infâncias como corpos propositores de saber.

Destacamos, do Relatório Descritivo dos Artigos sobre Relações Étnico-Raciais (RER) na Revista Brasileira de Estudos da Presença (RBEP) 2011-2025 (Souza; Silva; Alcântara, 2025), o número Crianças Performers e os artigos *Performance e Ancestralidade: o que a cosmologia bakongo ensina sobre a infância negra brasileira?*, de autoria de Gladis Elise Pereira da Silva Kaercher mulher negra, cisgênera, e Gabriel Fortes Pereira, homem negro, cisgênero (Kaercher; Pereira, 2023); e *O brincar da criança performer com orixás: experiências artísticas e afroreferenciadas*, de autoria de Lia Braga e Teodora Alves (2023), ambas mulheres brancas, cisgêneras. Nesse número, de 2023 a revista apresenta duas abordagens pedagógicas afroreferenciadas, investigadas e experienciadas nos dois extremos do país, uma no Rio Grande do Sul e outra no Rio Grande do Norte. A primeira, ao recorrer à cosmologia *bakongo*, especialmente à noção de tempo espiralar e à filosofia do cuidado comunitário, propõe ver a infância negra como uma fase ativa de comunicação com o mundo ancestral. Enquanto, no Norte do país, as pesquisadoras, ao escolherem o brincar com os orixás, fazem uma reflexão a partir de uma perspectiva que entende que as crianças não apenas *aprendem* sobre cultura africana – elas vivenciam essa cultura de forma sensorial, simbólica e afetiva, ativando laços com um saber ancestral que normalmente é silenciado ou marginalizado no espaço escolar.

Acreditamos que o papel formativo na consciência e na construção de subjetividades torna-se arcabouço importante para intervenções no que tange à desconstrução de estereótipos racistas e à promoção de identidades positivas diversas, apresentando-se, inclusive, como possibilidades epistêmicas. Tal desafio exige articulação de diferentes agentes atuantes em espaços de poder diversos, bem como um caminho que aponte possibilidades para evidenciar e repensar as múltiplas estruturas sociais. Por exemplo, o fato de a RBEP ter, entre seus editores, uma mulher negra, certamente contribuiu para abrir espaço à publicação na revista para o tema das relações raciais e seus atravessamentos. Acreditamos e defendemos que a presença de pessoas negras, conscientes de sua condição racial, em lugares de decisão, potencializa a inclusão de corpos e temas não hegemônicos. Para a pedagoga brasileira, Nilma Lino Gomes (2021), uma figura importante para a reflexão e proposição de políticas de ações afirmativas e de gênero para o campo da educação, os desafios inerentes ao racismo, no sentido de ocupar espaços equitativos nos campos de produção de conhecimento, estão diretamente relacionados ao fato de que a

[...] educação talvez seja o espaço em que essa tensão é mais visível. Há apagamentos históricos e epistemológicos presentes nos currículos, nas propostas e nas práticas educacionais, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, que só serão superados se o campo educacional e a produção científica compreenderem-se como espaços que precisam descolonizar-se (Gomes, 2021, p. 436).

Lançarmo-nos neste sobrevoo sobre os textos publicados pela Revista Brasileira de Estudos da Presença, ao longo dos seus 15 anos, e relacionados à temática das relações étnico-raciais, fez-nos perspectivar tanto os avanços quanto as incongruências da relação com o tema. Nesse sentido, percebemos que as produções acadêmicas, tais como pesquisas, discussões, formações, e os textos delas provenientes, podem desempenhar um papel crucial tanto na reprodução quanto no combate ao racismo estrutural. Entendemos que produções como estas podem se configurar como um espaço de disputas nos quais visões hegemônicas e contra-hegemônicas, sobre raça, identidade e demais questões que lhes são correlatas, estão em constante embate e negociação.

Nos anos de 2017 e 2022, a *Revista Brasileira de Estudos da Presença* dedicou dois números especiais tendo como foco as temáticas voltadas para as questões raciais. Foram 12 artigos publicados entre pesquisadores, negros e não negros, identificados como tal, dentro das nossas possibilidades neste exercício de racializar desde o nosso olhar, para com mulheres e homens, em sua maioria cisgêneros. E vislumbramos as temáticas das RER ganhando densidade e concepções que investigam caminhos de autonomia, evidenciando suas diferentes perspectivas e os diálogos possíveis e contrapontos. Esses dois números especiais foram os principais pontos de atenção do Relatório Descritivo dos Artigos sobre Relações Étnico-Raciais (RER) na Revista Brasileira de Estudos da Presença (RBEP) 2011-2025 (Souza; Silva; Alcântara, 2025).

Em *Performance e Relações Étnico-raciais* (2017), fica-nos muito evidente as reflexões e diferentes perspectivas a respeito da temática da identidade. Dentre as abordagens, percebemos a construção e estigmatização de personagens sociais ao longo da história, que perpassam o campo dramático, as práticas do discurso e performances de reprodução de estereótipos. Tais performances são principalmente praticadas por artistas brancos, sem que estes se racializem ou problematizem suas questões. Em contrapartida, e na mesma proporção, o número é composto com abordagens potentes que entendem e analisam a identidade a partir da corporeidade, tendo o corpo como eixo central na constituição identitária, bem como a ancestralidade como concepção filosófica e metafísica que possibilitam a construção de noções tais como Corpo-Encruzilhada.

Em *Poéticas negras na cena contemporânea* (2022), percebemos as questões étnico-raciais se interseccionando principalmente com a temática da performance, que foi amplamente refletida a partir de diferentes perspectivas. É possível notar uma espécie de fortalecimento da autoestima nos artigos publicados por pessoas negras, após cinco anos, que passam a propor reflexões críticas às linguagens universais e neutras das cenas entendidas como “teatro” ou “drama”, que operam como mecanismo de dominação simbólica, invertendo papéis de investigadas/os para investigadoras/res historicamente estabelecidos.

Percebemos, por fim, o amadurecimento nas contribuições para os campos do conhecimento sobre as temáticas das relações étnico-raciais, que



nos parecem ficar mais acentuadas a partir de 2019, talvez fortalecidas pelo número publicado em 2017. Desse modo, há um desenvolvimento do tema de tal forma a ser deslocado de uma indagação discursiva do processo de descolonização, para cruzos epistêmicos e performáticos, que tornam possível sua efetivação como políticas sociais, educacionais, currículos e práticas artísticas (Souza; Silva; Alcântara, 2025).

Esse percurso analítico nos permitiu reconhecer a importância da Revista Brasileira de Estudos da Presença como um espaço de visibilidade e validação de epistemologias outras, tensionando os limites de uma produção acadêmica ainda marcada por referências eurocentradas. Ao reunir vozes plurais e experiências diversas, especialmente de pessoas negras comprometidas com a crítica às estruturas excludentes, a revista contribui para a construção de um campo mais democrático, em que as presenças outrora marginalizadas se colocam como centro de enunciação e agência. Esse movimento é fundamental para que práticas pedagógicas, artísticas e investigativas possam se comprometer efetivamente com transformações estruturais no modo como raça, corpo e arte são pensados e vivenciados.

No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para que tenhamos um número mais equilibrado de pesquisadoras e pesquisadores das artes, com a compreensão de que, ao refletirmos desde um país estruturado pelo racismo, todos os temas de pesquisa devem ser abordados a partir do escopo das relações étnico-raciais. Isso significa que todos somos permeados por práticas racistas, que nos constituem tanto como sujeitos de um tempo e espaço quanto como construtores de relações sociais.

Ao analisarmos a trajetória da Revista Brasileira de Estudos da Presença e pensarmos nas temáticas das relações étnico-raciais, pareceu-nos fundamental reconhecer, a partir do nosso lugar, quem são os/as sujeitos/as que escrevem. Por isso, a ênfase no corpo é uma unanimidade quando falamos de RER. Ao buscarmos informações sobre as pessoas responsáveis pelos textos, percebemos que os pesquisadores negros eram facilmente identificáveis, enquanto, em relação aos pesquisadores brancos, não dispúnhamos de tantas informações e, tampouco, sentíamos-nos confortáveis em racializar pessoas não negras.

Concluimos que as relações étnico-raciais são temáticas que dizem respeito a toda e qualquer pessoa interessada em pensar e tensionar os para-



digmas, relações, referências que moldaram e seguem constituindo os campos das artes cênicas, da performance e da educação, nesse caso numa relação acadêmica. Acreditamos que a revista, ao longo de seus 15 anos de atuação, possibilitou que pudéssemos acompanhar abordagens e movimentos artísticos de contribuição para o registro, para a construção da história, da cultura e do pensamento negro nas artes cênico-performativas e decoloniais.

As produções, maturadas com o passar dos anos, não apenas dão conta de estratégias de combate ao racismo, mas possibilitam a ressignificação das estruturas racistas e de seus dispositivos de poder. Tais abordagens transbordam os palcos hegemônicos e se fazem cenas performativas construídas no terreiro, no Bumba meu Boi, no Flamenco, a partir da capoeira ou das performances das crianças negras. A escolha pelos temas correlatos ao racismo e identidade são um convite ao tensionamento sobre a urgência de pessoas brancas se racializarem, sobretudo pesquisadores que se propõem a olhar e analisar produções que não são seus lugares de pertença. Cremos que, sem a revisitação prévia de nós mesmos, de nossos espelhos e, por conseguinte, do modo como fomos nos constituindo, corremos sérios riscos de seguir repetindo microviolências em corpos e subjetividades diversas às nossas, sejam nas intersecções de raça, gênero e/ou classes sociais.

A questão da falta de um espelhamento crítico é tão latente que, somente no último ano da trajetória da revista, foi publicado um artigo tendo como tema de pesquisa a branquitude. O artigo *A Linha que nos Divide: o teatro negro racializando a branquitude*, proposto por Amanda Cunha (2025), uma mulher branca cisgênera, da Universidade do Minho, Portugal, traz contribuições importantes ao buscar compreender como o teatro negro, assim entendido desde a perspectiva decolonial, proporciona, ao espectador branco brasileiro e português, uma experiência racializadora. Ainda assim seria possível aprofundarmos o debate e as reflexões do uso que a autora faz de um espetáculo negro, do entendimento linguístico de teatros negros ou brancos e, mesmo, da utilização da experiência da dor negra desde o processo de escravização em cena, como objeto para seu estudo analítico. Tal exercício poderia incorrer, a nosso ver, em novos mecanismos de objetificação dessas subjetividades, mesmo que para um processo de racialização da branquitude, uma vez que relações étnico-raciais seguem sendo tra-

tadas como problemas de pessoas historicamente racializadas e contemporaneamente identitizadas.

Diante deste panorama, torna-se imprescindível reiterar que as relações étnico-raciais não podem mais ser compreendidas como um campo de estudo periférico ou de interesse exclusivo de sujeitos racializados. Ao contrário, trata-se de uma dimensão constitutiva das estruturas sociais e acadêmicas brasileiras, que demanda o engajamento crítico de todos os pesquisadores, sobretudo daqueles historicamente posicionados como norma e, por isso, raramente convocados à autorreflexão. A lacuna de estudos voltados à branquitude e a permanência de uma produção centrada na experiência negra da escravização, e do que ela gerou, evidenciam a urgência de um deslocamento epistemológico, que não apenas reconheça os marcadores raciais como fundantes da produção de conhecimento, mas também responsabilize os sujeitos não negros pela revisão de seus próprios lugares de fala e escuta. É nesse gesto ético e político que se inscreve o desafio de desestabilizar hierarquias historicamente consolidadas e instaurar práticas acadêmicas mais equitativas, plurais e comprometidas com a transformação social.

Nota

- ¹ Na busca por proceder ao processo de racialização dos autores e autoras, trabalhamos em dois vieses para tentar descrevê-los/las: autoras e autores que conhecemos desde outras relações, e sabemos que se identificam como negros e negras; e, outras e outros, dos quais buscamos informações no currículo Lattes, redes sociais ou imagens da internet. Não pretendemos afirmar quem é ou não negro ou branco, mas antes realizar um necessário exercício de identificação a partir do ponto de vista de pessoas racializadas, que somos, as três autoras do artigo.

Referências

- ALEXANDRE, Marcos Antônio. Marcas da violência: vozes insurgentes no Teatro Negro brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 2, 2012.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- BRAGA, Lia; ALVES, Teodora. O Brincar da Criança Performer com Orixás: experiências artísticas e afrorreferenciadas. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2023.



CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. São Paulo: Zahar, 2023.

CUNHA, Amanda. A Linha que nos Divide: o teatro negro racializando a branquitude. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2025.

DUMAS, Alexandra Gouvea. Corpo em Cena: oralidade e etnocenologia. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, 2012.

DUMAS, Alexandra Gouvea. Nomear é Dominar? Universalização do teatro e o silenciamento epistêmico sobre manifestações cênicas afro-brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 12, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GALLEP, Cristiano de Mello. A Capoeira Angola Diversificando a Universidade: semeando ecologia de saberes nas Artes da Cena. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 12, n. 03, 2022.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de filosofia Aurora**, v. 33, n. 59, 2021.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 60-82, jan./jun. 1988.

KAERCHER, Gladis Elise Pereira da Silva; PEREIRA, Gabriel Fortes. Performance e Ancestralidade: o que a cosmologia bakongo ensina sobre a infância negra brasileira?. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1.ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MÜLLER, Bernard. Do Trabalho Etnográfico à Dramaturgia: uma pesquisa teatral sobre os afro-brasileiros do Togo, atualmente. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 6, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.



RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

RODRIGUES, Joyce Maria. **A relação do corpo para a construção da identidade negra**. Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos. Belo Horizonte: Finotração, 2012.

SOUZA, Alessandra Santos de; SILVA, Caroline Falero da; ALCÂNTARA, Celina Nunes de. Relatório Descritivo dos Artigos sobre Relações Étnico-Raciais (RER) na Revista Brasileira de Estudos da Presença (RBEP) 2011-2025. **SciELO Data**: Revista Brasileira de Estudos da Presença, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.48331/SCIELODATA.HVDCBA>. Acesso em: 11 set. 2025.

VEIGA, Lucas Motta. **Clínica do impossível**: Linhas de fuga e de cura. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

Celina Nunes de Alcântara é atriz e professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Instituto de Artes, Departamento de Arte Dramática e no Programa de Pós-Graduação em Artes. Coordena o Grupo Interseccional de pesquisas em Negritude, Gênero e Artes (GINGA) e o Seminário de Pesquisas Negras; atua no grupo de teatro UTA.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8460-7920>

E-mail: celinanalcantara@gmail.com

Alessandra Souza é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pesquisadora no grupo de pesquisa GINGA Grupo Interseccional de Pesquisas em Negritude, Gênero e Arte. Tem como temas de pesquisa: culturas populares, práticas cênicas e relações étnico-raciais. É assistente de produção e bailarina do Grupo Afro-sul Odomodê.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6664-739X>

E-mail: alessandrasouzappgac@gmail.com

Caroline Falero é doutoranda e Mestra em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAC/IA/UFRGS). Graduada em Licenciatura em Teatro pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). É Diretora, atriz, produtora, arte educadora e artesã. Pesquisadora do GINGA Grupo Interseccional de Pesquisas em Negritude, Gênero e Artes.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1453-8764>

E-mail: abayomi.falero@gmail.com



Disponibilidade de dados de pesquisa: todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi disponibilizado no SciELO Data e pode ser acessado em <https://doi.org/10.1590/2237-2660132183vs01>

Este texto inédito também se encontra publicado em inglês neste número do periódico.

Recebido em 30 de julho de 2025

Aceito em 14 de setembro de 2025

Editor responsável: Fabiana de Amorim Marcello

